

Bom dia / Boa tarde,
Caras e caros colegas,

Com o aproximar do final do ano letivo, aproxima-se também mais um período de trabalho acrescido de grande exigência e responsabilidade para os professores: a classificação de provas de exames nacionais.

Sobre esta matéria, os problemas são os de sempre: desde logo, não há respeito e equidade de tratamento dos professores envolvidos no processo de classificação das provas de âmbito nacional.

Apesar das várias orientações nesse sentido, constatamos que, ano após ano, os “premiados” para o desempenho desta função são quase sempre os mesmos já que as bolsas de professores classificadores continuam desatualizadas! São quase sempre os mesmos a estarem sujeitos a uma insuportável sobrecarga de trabalho:

- sobrecarga, provocada pelo elevado nº de provas que lhes são atribuídas para classificar;

- sobrecarga, provocada pelo tempo manifestamente insuficiente para o processo de classificação,

- e sobrecarga, provocada pela sobreposição com outro tipo de serviço letivo e não letivo na escola.

Ademais, são também quase sempre os mesmos os “premiados” pois, muitos, são ainda chamados a classificar provas ou exames nas duas fases, a classificar provas ou exames de mais do que um ano de escolaridade ou mesmo, de mais do que uma disciplina.

E depois, há ainda os duplamente “premiados”! E também estes são quase sempre os mesmos: os professores classificadores de exames das línguas estrangeiras no ensino secundário já que, para além da obrigatoriedade de classificar provas escritas, estes colegas são convocados para avaliar as provas orais noutras escolas, o que implica um enorme dispêndio de tempo em todo o processo da avaliação, mas também nas deslocações, cujas despesas são suportadas, de imediato, pelos docentes e só tardiamente, e mal pago, ressarcidas pelo Ministério da Educação.

E como se tudo isto não fosse já bastante, há por parte de alguns diretores o desrespeito pelas normas legais relativas aos direitos dos professores classificadores, quando não lhes é dada dispensa de outras atividades não letivas durante o período de classificação, e quando não lhes é aplicada a compensação de três a cinco dias, fora do período de classificação, com dispensa da realização de tarefas.

Assistimos pois, a situações intoleráveis de falta de equidade que resultam do incumprimento de orientações superiores por parte de alguns diretores e que sobrecarregam ainda mais os docentes implicados e desrespeitam os seus direitos.

Colegas, esta é só mais uma situação em que o ME explora, sobrecarrega e abusa do trabalho dos professores!

Devemos, por isso, exigir:

1. A revisão dos critérios de seleção dos professores classificadores, com indicações claras para todas as escolas seguirem os mesmos procedimentos, de modo a que o trabalho de classificação não recaia insistentemente sobre alguns, fomentando a rotatividade nessa função entre os professores de cada grupo disciplinar;
2. Devemos exigir:
O aumento do número de professores classificadores, através da igualdade e proporcionalidade de procedimentos, no recrutamento e seleção em todas as escolas;
3. Devemos também exigir:
A fixação em 30 do nº máximo de provas a distribuir a cada professor classificador, assim como o aumento do tempo reservado para a realização das tarefas; e que apenas em situações de carácter absolutamente excepcional seja atribuída a classificação de provas em mais do que uma fase e em mais do que uma componente de exame (oral ou escrita), na mesma fase;
4. Devemos exigir:
A fixação de critérios-base adequados e justos para a atribuição de dias de compensação, tendo em consideração o volume de trabalho distribuído a cada docente; assim como o abono de uma gratificação correspondente ao nº de provas classificadas;
5. E ainda, exigir:
O pronto pagamento das ajudas de custo e das despesas de transporte que sejam devidas aos professores classificadores.

Colegas, camaradas e amigos, é de elementar justiça que o trabalho desenvolvido pelos professores classificadores seja justamente valorizado.

Aos professores classificadores, é preciso dar tempo e condições para a concretização deste trabalho acrescido, difícil, exigente e de alta responsabilidade.

A razão é forte, a reivindicação é justa.

Não nos acomodemos e lutemos! Porque, "A Educação não pode esperar!"

Porque, É preciso combater as desigualdades!

E porque, É preciso e é urgente valorizar a profissão docente!

Viva o 14.º Congresso Nacional dos Professores!

Viva a FENPROF!

Obrigada.